

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	5
AGRADECIMENTOS DA 2ª EDIÇÃO	13
AGRADECIMENTOS DA 3ª EDIÇÃO	15
PREFÁCIO A ILAN GOLDBERG, O CONTRATO DE SEGURO <i>D&O</i> , 2019	19
APRESENTAÇÃO	21
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO	25
NOTA À 2ª EDIÇÃO	27
NOTA À 3ª EDIÇÃO	29
INTRODUÇÃO	37
1. A QUALIFICAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO <i>D&O</i> A PARTIR DO EXAME DE SUA CAUSA.....	67
1. A causa do contrato de seguro	72
1.1. Risco	73
1.2. Interesse legítimo	81
1.3. Mutualismo	89
1.4. As principais teorias em torno da causa do contrato de seguro	93
1.5. A definição da causa do contrato de seguro.....	96
2. Particularidades e causa do contrato de seguro de responsabilidade civil	101
2.1. Risco	101
2.2. Interesse legítimo	110
2.3. Sinistro	115
3. Particularidades e causa do contrato de seguro de proteção jurídica	119
3.1. Qualificação e risco.....	124

3.2.	Deflagração do sinistro	127
3.3.	O direito de o tomador-segurado escolher o seu próprio advogado e a convenção de limites pecuniários. Cláusula delimitadora de risco ou cláusula limitadora de direitos (abusiva)?.....	128
3.3.1.	A livre escolha do advogado	129
3.3.2.	O limite financeiro	132
4.	A causa do contrato de seguro D&O.....	145
4.1.	Risco	146
4.2.	Interesse legítimo	152
4.3.	Deflagração do sinistro	157
4.4.	Livre escolha do advogado responsável pela defesa do segurado e os limites financeiros	159
2.	O RISCO DO CONTRATO DE SEGURO D&O – A RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR	161
1.	A responsabilidade do administrador detém um regime próprio	168
2.	A estrutura da sociedade. Diretoria e conselho de administração.....	179
2.1.	A relevância do acionista controlador nas sociedades anônimas brasileiras	187
3.	O ato regular de gestão	194
4.	Os deveres do administrador: diligência, lealdade e seus corolários	196
4.1.	A obrigação do administrador não é apenas de meios	196
4.2.	O dever de diligência.....	205
4.2.1.	Qualificar-se.....	212
4.2.2.	Informar-se.....	215
4.2.2.1.	Proposta de critério para o cumprimento do dever de se informar	219
4.2.3.	Vigiar e investigar.....	221
4.2.4.	Informar.....	226
4.2.5.	Saber ou dever saber?	230
4.3.	O dever de lealdade	235
4.3.1.	O conteúdo do dever de lealdade	239
4.3.1.1.	Atividades competitivas.....	243
4.3.1.2.	Atividades convenientes para a consecução dos fins sociais	244
4.3.1.3.	Atividades a respeito das quais a sociedade tenha manifestado o seu interesse.....	244
4.3.2.	O <i>insider trading</i>	246
5.	A <i>business judgment rule</i>	255

5.1.	O porquê de se proteger a decisão negocial informada, refletida e desinteressada	258
5.2.	A recepção do instituto pelo ordenamento jurídico brasileiro.....	263
5.3.	<i>Business judgment rule</i> e o seguro <i>D&O</i>	263
6.	O regime de responsabilidade civil adotado pela Lei nº. 6.404, de 15.12.1976.....	268
6.1.	O ato <i>ultra vires</i>	274
7.	Proposta de um tratamento distinto conforme sejam violados os deveres de diligência e de lealdade	284
7.1.	Violação ao dever de lealdade. Rigidez.....	285
7.2.	Violação ao dever de diligência. Tolerância	291
3.	O REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO <i>D&O</i> A PARTIR DAS DEFINIÇÕES DA CAUSA E DO RISCO – ESTRUTURA, CONTRATAÇÃO, COBERTURAS E EXCLUSÕES.....	297
1.	Estrutura.....	298
1.1.	O seguro <i>D&O</i> é facultativo	298
1.2.	O seguro <i>D&O</i> é lícito	301
1.3.	O seguro <i>D&O</i> como instrumento de compliance e governança corporativa.....	304
1.4.	O desenvolvimento do seguro <i>D&O</i> em países de sistema jurídico continental requer amadurecimento e contextualização.....	305
1.5.	O seguro <i>D&O</i> não é apenas um seguro de responsabilidade civil.....	310
1.6.	O seguro de <i>D&O</i> é um contrato de seguro para grandes riscos	316
1.7.	Se lhe aplica a disciplina dos seguros por conta de terceiros	333
1.8.	A contratação se dá à base de reclamação, com notificação.....	345
2.	Contratação.....	355
2.1.	Precificação e controvérsia quanto ao pagamento do prêmio pela tomadora	355
2.2.	Prestação de informações à seguradora como dever	359
2.3.	Questionário	364
2.4.	A cláusula de divisibilidade de declarações – <i>severability or innocent director clause</i>	367
3.	Coberturas	385
3.1.	Regime jurídico do custo de defesa <i>vis-à-vis</i> as despesas de salvamento	391
3.2.	Dever de defender (<i>duty to defend</i>) e dever de indenizar (<i>duty to indemnify</i>).....	402
3.3.	As coberturas A, B e C. Questões concernentes aos limites e à alocação	415

3.3.1.	Cobertura A.....	419
3.3.2.	Cobertura B – aproximação com os contratos de indenidade.....	423
3.3.3.	Cobertura C.....	428
3.3.4.	Critérios para a solução de problemas de alocação.....	430
3.4.	Cobertura para multas	435
4.	Exclusões.....	444
4.1.	A culpa grave é equiparável ao dolo ou, do latim, culpa <i>lata dolo ae-quiparatur</i> ?.....	445
4.2.	O dolo próprio do contrato de seguro D&O.....	452
4.2.1.	Oponibilidade da conduta dolosa de um administrador aos demais administradores – <i>severability or innocent director II</i>	472
4.3.	Insolvência	479
4.4.	A presunção de inocência e a antecipação dos custos de defesa	482
4.4.1.	A exclusão de cobertura baseada em alegação ou em decisão transitada em julgado – <i>in fact vis-à-vis final adjudication exclusions</i>	490
4.5.	Para além da antecipação dos custos de defesa.....	496
4.5.1.	Delimitação do risco.....	496
4.5.2.	Da fraude não nascem direitos	502
4.5.3.	O “no seguro” ou, “não seguro”	503
4.5.4.	Objeto ilícito e ordem pública.....	504
5.	Coberturas específicas	508
5.1.	Cobertura para termos de ajuste de conduta, termos de compromisso e acordos de leniência	508
5.1.1.	Introdução	508
5.1.2.	Essencialmente, no que consistem o acordo de leniência, os termos de compromisso e os termos de ajuste de conduta	512
5.1.3.	O crescimento exponencial dos termos de compromisso em quantidade e valor	516
5.1.4.	Termo de compromisso e contrato de seguro D&O. Convergência e divergência.....	518
5.2.	A cobertura para tributos, encargos trabalhistas e contribuições previdenciárias nos contratos de seguro D&O	521
5.2.1.	Introdução	521
5.2.2.	O seguro D&O como instrumento de tutela para o denominado “ato de gestão”	526
5.2.3.	A fonte das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.....	530

5.2.3.1.	Obrigações tributárias.....	530
5.2.3.2.	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	537
5.2.3.2.1.	Consideração específica a respeito do assédio moral e condutas afins. A cobertura para práticas trabalhistas indevidas	537
5.2.4.	Conciliação do exposto com a extensão de cobertura para perdas provocadas pelo segurado ao tomador	546
5.2.5.	Conclusão.....	549
5.3.	Os Riscos Cibernéticos e a Responsabilidade de Administradores sob as luzes dos Seguros <i>Cyber</i> e <i>D&O</i>	549
5.3.1.	Introdução	549
5.3.2.	Causa do contrato de seguro <i>D&O</i>	554
5.3.3.	O tratamento que vem sendo empregado por clausulados de apólices <i>D&O</i> no Brasil aos riscos cibernéticos	556
5.3.4.	Atenção a alguns riscos comumente excluídos das apólices <i>D&O</i> , que possuem relação próxima com os riscos cibernéticos	562
5.3.4.1.	Multas	562
5.3.4.2.	Terrorismo.....	564
5.3.4.3.	Extorsão	565
5.3.5.	Notas acerca do contrato de seguro para riscos cibernéticos (<i>cyber insurance</i>)	567
5.3.6.	Tratamento empregado pelas apólices <i>Cyber</i> no Brasil. Há cobertura para <i>D&Os</i> ?.....	569
5.3.7.	A <i>silent cyber coverage</i> . Necessidade de coordenação entre os seguros <i>D&O</i> e <i>Cyber</i>	570
5.3.8.	Conclusão.....	571
CONCLUSÕES.....		573
POSFÁCIO PARA A TESE DE ILAN GOLDBERG.....		585
REFERÊNCIAS		587